



REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 19 de dezembro de 2023

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

1 - ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE DA CONJUNTURA GERAL

Entidades de servidores seguem fortemente mobilizadas (<https://fenasps.org.br/2023/11/29/governo-confirma-ultima-reuniao-da-mesa-nacional-de-negociacao-em-2023-para-18-de-dezembro/>, por exemplo).

Publicação: Contribuição da ACD para a luta do funcionalismo público <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/> .

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Em pouco tempo de existência, a Frente já realizou atividade de **lançamento em conjunto** com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados (<https://4et.us/s1c70q>); publicou boletim; realizou importante **Seminário** “*Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no Sistema da Dívida?*” com palestras brilhantes dos professores Ladislau Dowbor e Miguel Bruno. (<https://www.youtube.com/watch?v=GWbIDXFw8Gk>) em 21/11/2023, e **Reunião Ordinária em 12/12/2023** com a participação presencial e virtual de mais de 50 entidades sindicais e movimentos sociais e honrosa presença dos parlamentares coordenadores das Frentes <https://auditoriacidada.org.br/frentes-parlamentares-denunciam-que-dinheiro-tem-e-muito/> ;
- Convite às entidades que ainda não fazem parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Coleta de sugestões de atividades da Frente para 2024, inclusive nos Estados.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

3 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Informativos da campanha: <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

4 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 13/12/2023 a 09/02/2024 e início das aulas em 12/02/2024. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

5 – NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*”

Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB):

Participação em grupos de pesquisa.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

O PRESENTE DE NATAL QUE A ACD ENTREGA É A NOSSA DEDICAÇÃO

711 posts nas redes sociais; 50 *Lives*; 33 Palestras; 28 entrevistas; 20 artigos; 03 Turmas do curso sobre a dívida dos estados; Campanhas pelo Limite dos Juros e É Hora de Virar o Jogo; Boletins Informativos; 06 Ferramentas de envio de cartas a parlamentares e autoridades do Executivo (necessidade emendar PEC 45; criação frente parlamentar; pressionar CFT pelo PLP 104/2022; pressionar por emendas ao PLP 93/2023 (reforma tributária); Folheto contendo questionamentos ao Banco Central, usados em reunião com o presidente do BC na Câmara e Senado; Pedidos de informações pela LAI (Questionamento BC e à Casa Civil); Folheto preparado para contribuir com a luta do funcionalismo público; Cartilha; 5 Audiências públicas (CFT sobre política de juros, ALESP; ALMG; lançamento cartilha na ALPR); Lançamento da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com participação popular, realização de Seminário e Reunião.

**1 - ANÁLISE DA PROPOSTA
APRESENTADA PELO GOVERNO
FEDERAL AO FUNCIONALISMO
PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE
DA CONJUNTURA GERAL**

1 - ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023, E ANÁLISE DA CONJUNTURA GERAL

- Entidades de servidores seguem fortemente mobilizadas



Foto site Fenasps: Ato antes da reunião da MNNP em 18/12/2023

PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023

≡

METRÓPOLES

Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paulo Capp

Governo nega reajuste a servidor federal e oferece aumento em auxílios

Secretário destacou a falta de espaço orçamentário para reajuste na remuneração dos servidores para 2024, que era a demanda principal

Said
023 16:20, atualizado 18/12/2023 18:05

PÁGINA INICIAL >

NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA M

SEGUNDA-FEIRA, 18/12/2023

NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA NEGOCIAÇÃO DA PAUTA ECONÔMICA DE 2024

≡

CNN BRASIL

Ao vivo Política Economia Esportes Pop Viagem

Em última negociação com servidores, governo apresenta proposta sem aumento salarial para 2024

Proposta inclui reajuste apenas em benefícios, como vale-alimentação

PS e demais entidades do **Fonasefe** participaram, nesta segunda-feira, 18 de dezembro, da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2023, espaço de interlocução entre entidades sindicais que representam os Servidores Públicos Federais (SPFs) e o Governo Federal por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI). A FENASPS foi representada pelo diretor Moacir Lopes (foto em destaque abaixo).



≡

CNN BRASIL

Ao vivo Política Economia Esportes Pop Viagem & Gas

Servidores da PF veem “descaso” e pressionam governo em manifestações pelo Brasil

Policiais querem reestruturação da organização e reajuste salarial. Governo diz que analisa demanda e que já houve aumento de 9% para todos os servidores públicos, mas analisa o novo pedido de reestruturação da PF

#anfipnacional

INSTITUCIONAL NOTÍCIAS PUBLICAÇÕES ASSISTENCIAIS FALE CONOSCO ÁREA RESTRITA

Início > Carreira

Carreira Política de Classe e Salarial

Proposta do governo frustra servidores na Mesa de Negociação

18 de dezembro de 2023

PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023



Moacir Lopes representa a FENASPS na sexta e última reunião da MNNP em 2023 (fotos: Pedro Mesidor)

Na reunião, a última de 2023 – veja como foram as anteriores: **quinta**, **quarta**, **terceira**, **segunda** e **primeira** -, o Secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, informou que o Governo Lula possui dificuldades orçamentárias que não permitem avançar na recomposição salarial em 2024, ano em que haveria reajuste zero (como **antecipamos aqui**).

Para “compensar”, o Governo traçou uma proposta de reajuste apenas nos benefícios sociais, isto é, nos auxílios (alimentação, creche e saúde), sem qualquer correção inflacionária nos salários dos(as) SPFs. Segundo a proposta do Governo, a correção dos benefícios sociais ocorreria a partir de maio de 2024, nos seguintes valores:

- ✓ **Auxílio-alimentação:** de R\$ 658 para R\$ 1.000 (reajuste de 52%);
- ✓ **Auxílio pré-escolar (creche):** de R\$ 321,03 para R\$ 484,94 (reajuste de 51,06%);
- ✓ **Auxílio-saúde (suplementar):** de um valor médio de R\$ 144,00 para R\$ 215;
- ✓ **Total de reajuste nos três auxílios:** 51,06%.

- Reajuste salarial ZERO
- Benefícios de 3 auxílios que alcançam parte dos servidores ativos (auxílios alimentação, pré-escolar e saúde)
- Exclusão de Aposentados

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA ANALISOU PLDO E PLOA 2024 E APONTOU A AUSÊNCIA DE VERBA PARA REAJUSTES SALARIAIS EM 2024 DEVIDO À PRIORIDADE DO GASTO COM JUROS E MECANISMOS DO SISTEMA DA DÍVIDA

Publicação:

Contribuição da luta do ACD para a funcionalismo público

NECESSIDADE DE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA, A COMEÇAR PELA REALIZAÇÃO DA AUDITORIA INTEGRAL COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: "*a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal*" ... "*Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ...*".

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.

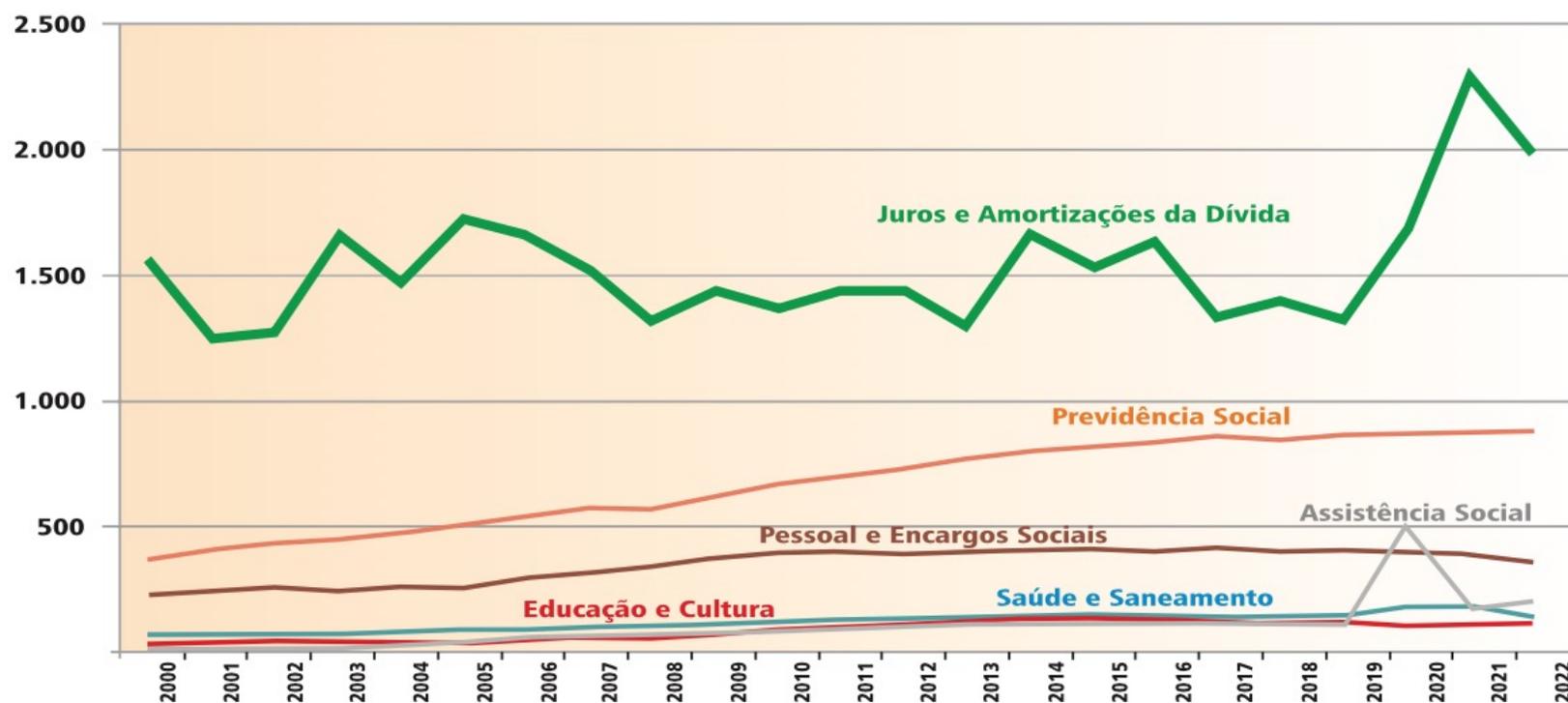
Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no sistema da dívida?

- Grande mídia e sucessivos governos alegam o peso do gasto com o serviço público e a manutenção do Estado, mas não mencionam **o maior gasto de todos que é o gasto com o Sistema da Dívida;**
- Teto de gastos (EC-95 e Lei complementar 200/2023) impõem severos limites para o gasto com todas as áreas do serviço público e investimentos públicos, porém, **deixa fora do teto os gastos com o Sistema da Dívida;**
- Servidores estão sem aumento salarial há anos, acumulam perdas inflacionárias e supressão de direitos, enquanto o país **paga os juros mais elevados do planeta aos beneficiários do Sistema da Dívida**

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?

Governo Federal - Gastos Seleccionados de 2000 a 2022

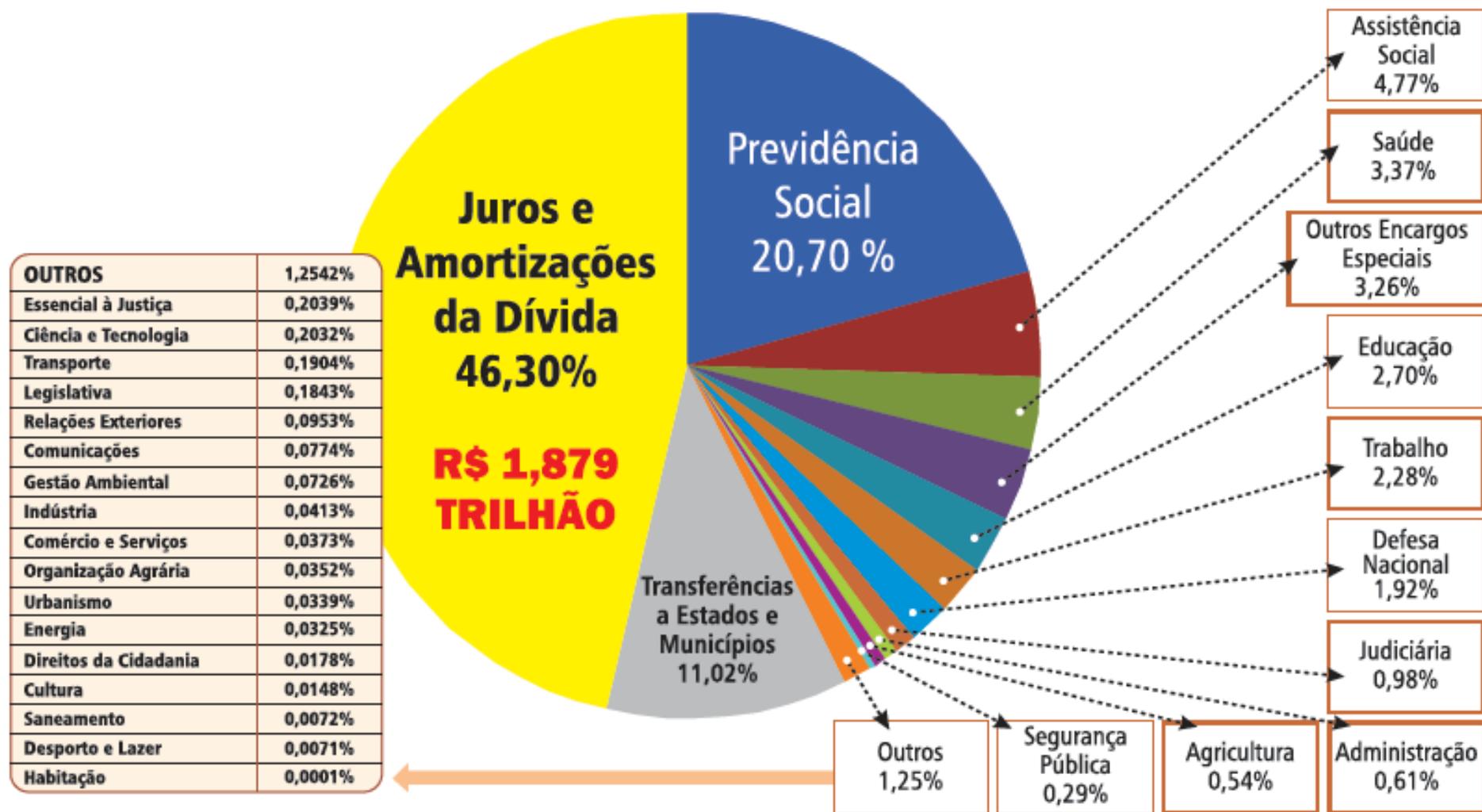
Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



O QUE OS DADOS COMPROVAM?

Diagnóstico

- **O rombo está no “SISTEMA DA DÍVIDA”**, que absorve a maior parte dos recursos e é o centro do problema das contas públicas
 - ❑ Esfera Federal
 - ❑ Esfera Estadual

Pautas governamentais

- Manutenção dos privilégios do **“SISTEMA DA DÍVIDA”**
 - ❑ ARCABOUÇO FISCAL
 - ❑ Contrarreformas, Privatizações, Esquema de Securitização e Regime de Recuperação Fiscal

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP FALE CONOSCO WHATSAPP ENVIE UMA PAUTA

ATUALIDADES CIÊNCIAS CULTURA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL RÁDIO USP TEC

Início > Atualidades > SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

É o que defende o professor Paulo Capel Narvai em seu livro "SUS: uma reforma revolucionária", no qual informa sobre a importância do Sistema Único de Saúde para a população

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=506293>

07/04/2022 - Publicado há 2 anos Atualizado: 08/04/2022 as 13:28



uol

Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSIN

SAÚDE

Investimento em saúde pública cai 64% em 11 anos no Brasil, indica estudo

PUBLICIDADE

EDUCAÇÃO

Professores indicam falta de estrutura e de recursos em escolas públicas do país

Os dados são do Censo Escolar, do Ministério da Educação

Por Agências Publicado em 21 de maio de 2023 | 11h41 - Atualizado em 21 de maio de 2023 | 11h41



Especialistas apontam falta de recursos para a educação inclusiva

Número de crianças com deficiência que frequentam a educação infantil regular duplicou, de 2006 para 2022, segundo a Pnad

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

uol Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSINEUOL

PESO +0,59% R\$ 0,014 EURO +1,14% R\$ 5,347 BITCOIN +0,25% R\$ 180.380,81 BOVESPA +0,11% 124.773,21 PTS IPCA +0,26% Set.2023 +12,25%

ECONOMIA

São 7 anos sem reajuste para servidores, destaca Mercadante

PUBLICIDADE

ESTADÃO conteúdo Brasília 06/12/2022 16h47

agênciaBrasil



© Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo

Geral

Servidores federais e governo não têm acordo para reajuste de 2024

Pendência na aprovação do arcabouço fiscal estaria travando negociação

Publicado em 10/08/2023 - 20:35 Por Daniela Almeida* - Repórter da Agência Brasil - Brasília

agênciaBrasil



© Antônio Cruz/ Agência Brasil

Economia

Governo propõe reajuste de 1% para servidores públicos em 2024

Orçamento terá reserva de R\$ 1,5 bilhão para aumento

Brasil de Fato 20 anos

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

ENGLISH ESPAÑOL

INÍCIO > GERAL

RECOMPOSIÇÃO

Desvalorizados desde 2016, servidores federais lutam por reajuste salarial

METRÓPOLES

Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paul

Brasil

Governo promete proposta de reajuste a servidores em dezembro

Servidores federais têm negociado com a União novo reajuste salarial. Entidades do funcionalismo público ameaçam paralisação

Eduarda Portela, Flávia Said

023 19:06, atualizado 17/11/2023 05:50

ABUNDÂNCIA NO GASTO COM JUROS



País volta a ter maior juro real do mundo mesmo com queda da Selic

Brasil ocupa a 1ª posição com taxa projetada de 6,90% para os próximos 12 meses, segundo dados da consultoria MoneYou



O Banco Central é responsável por definir a política monetária do Brasil

Houline Nascimento
6.nov.2023 (segunda-feira) - 6h30

Valor **investe**

Brasil continua com o juro real mais alto do mundo após Selic seguir em 13,75% ao ano



Brasil continua com os juros reais mais altos do mundo, mostra levantamento

Em fevereiro, taxa de juros brasileira, descontada a inflação, foi de 7,4%, a maior em um grupo de 40 países observados

O Brasil continua sendo o país com um os juros reais mais altos do mundo | CNN PRIME TIME



e | investidor

ASSINE NOSSA NEWSLE

COMPORTAMENTO

Brasil é o país com a maior taxa de juro real do mundo. Veja o ranking

Estudo inclui 156 países e considera a taxa de juros descontada da inflação esperada para os próximos 12 meses

BEATRIZ ROCHA
beatriz.conceicao@estado.com

08/12/2022, 9:05 (atualizada: 08/12/2022, 10:51)



BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 44,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 38 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-6,0	-0,07	8,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,30	38,5	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,2	0,18	17,1	0,17



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 40,1 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 42,9 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,7	-0,08	9,4	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	42,9	0,42	40,1	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,4	0,17	17,2	0,17



LC 200 - "NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

Se não enfrentar o
SISTEMA DA DÍVIDA
não tem saída...

TETO

Saúde
Educação
Previdência
Segurança
Investimentos

**SEM
LIMITE**

Juros e
mecanismos
do Sistema
da Dívida



IDEIA EQUIVOCADA apresentada por Haddad e sua equipe:

- Regra "crível"
- Sua implementação fará reduzir os juros
- Garantirá a "sustentabilidade da dívida pública"...

NA REALIDADE

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a "Bolsa Banqueiro", as altíssimas taxas de juros e outros
- BC não reduziu os juros
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

PPP?

Securitização ?

BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento



Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs

PODER360

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação"
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária: jogada contábil
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas e elevados custos
- Geração ilegal de dívida pública, que é paga por fora do orçamento
- Bancos privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.



<https://bit.ly/3tFiMjZ>

Documentos do BID incentivam PPP com VINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS: securitização

mitigacao-de-risco-para-projetos.pdf
Página 24 de 99

Buscar

QUADRO 1.1 Modalidades de garantia

	Quadro comparativo	
Vinculação de receitas	Fundos garantidores	Penhor
Pontos fortes		
<ul style="list-style-type: none">• Otimiza a aplicação do fluxo de caixa do ente federado.• A tendência é utilizar FPE/FPM.• Serve como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Há precedentes judiciais e fáticos favoráveis ao uso de FPE/FPM como garantia pública.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos garantidores de PPPs, por terem personalidade jurídica, natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas.• O regime de precatórios é inaplicável aos fundos garantidores de PPPs.• Fundos podem ser usados como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• Flexível. Pode ser usado em ativos de diversas naturezas.• É formalmente constituído.
Pontos fracos		
<ul style="list-style-type: none">• Repasse de FPE/FPM pode ser condicionado à regularização de débitos com o governo federal.• Recursos do FPE/FPM têm origem tributária. Há quem entenda que eles não podem constituir garantias públicas em PPPs.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos especiais contábeis, por serem estes mera segregação financeira dentro do caixa único da administração pública.• Aplica-se o regime de precatórios aos fundos especiais contábeis, por ser uma execução contra a própria administração pública.• Histórica instabilidade no pagamento de precatórios.	<ul style="list-style-type: none">• Serve apenas como instrumento garantidor de pagamento.• Criticado por implicar alienação de bem da administração pública.• Baixa liquidez.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Todas as informações acima têm como linha de corte a data de 1º de julho de 2015.

(*) Não foram identificadas informações sobre a efetiva constituição e operacionalização dos mecanismos de garantias desses Estados. Por essa razão, consideramos tais mecanismos como não operacionais.

<https://publications.iadb.org/pt/mitigacao-de-risco-para-projetos-de-parcerias-publico-privadas-no-brasil-estruturacao-de-garantias>

Fazenda enviará projeto de securitização ao Congresso, diz secretário

Equipe econômica do governo estima arrecadação de R\$ 30 a R\$ 50 bi com proposta que permite venda de direito creditório



Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (foto), o Ministério da Fazenda planeja finalizar as discussões sobre a proposta de securitização de recebíveis até este ano e enviá-la ao Congresso em dezembro ou no início de 2024

Governo Lula vai legalizar esquema de Securitização ???

<https://www.poder360.com.br/governo/fazenda-enviara-projeto-de-securitizacao-ao-congresso-diz-secretario/>

Novo artigo

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaao/2023/10/sera-que-o-governo-vai-legalizar-o-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos/>

NOVA TENTATIVA DE INCLUIR O ESQUEMA NA CONSTITUIÇÃO, SOB INFAME DESCULPA DE SANAR “DÉFICIT” DE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

PEC 38/2023

Art. 2º O Aporte e a securitização de receitas futuras de transferências constitucionais e créditos tributários ou não tributários já constituídos, incluídas as relativas à recuperação da dívida ativa, bem como de outros bens e direitos de qualquer natureza, aos fundos com finalidade previdenciária de que trata o **art. 249** da Constituição, com o objetivo de equacionamento do déficit financeiro e atuarial dos regimes previdenciários de estados e municípios de que trata o **art. 40** da Constituição, observará os parâmetros, requisitos e limites definidos pelo Ministério da Previdência.

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

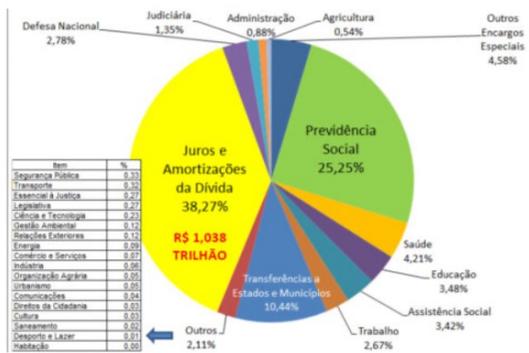
Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

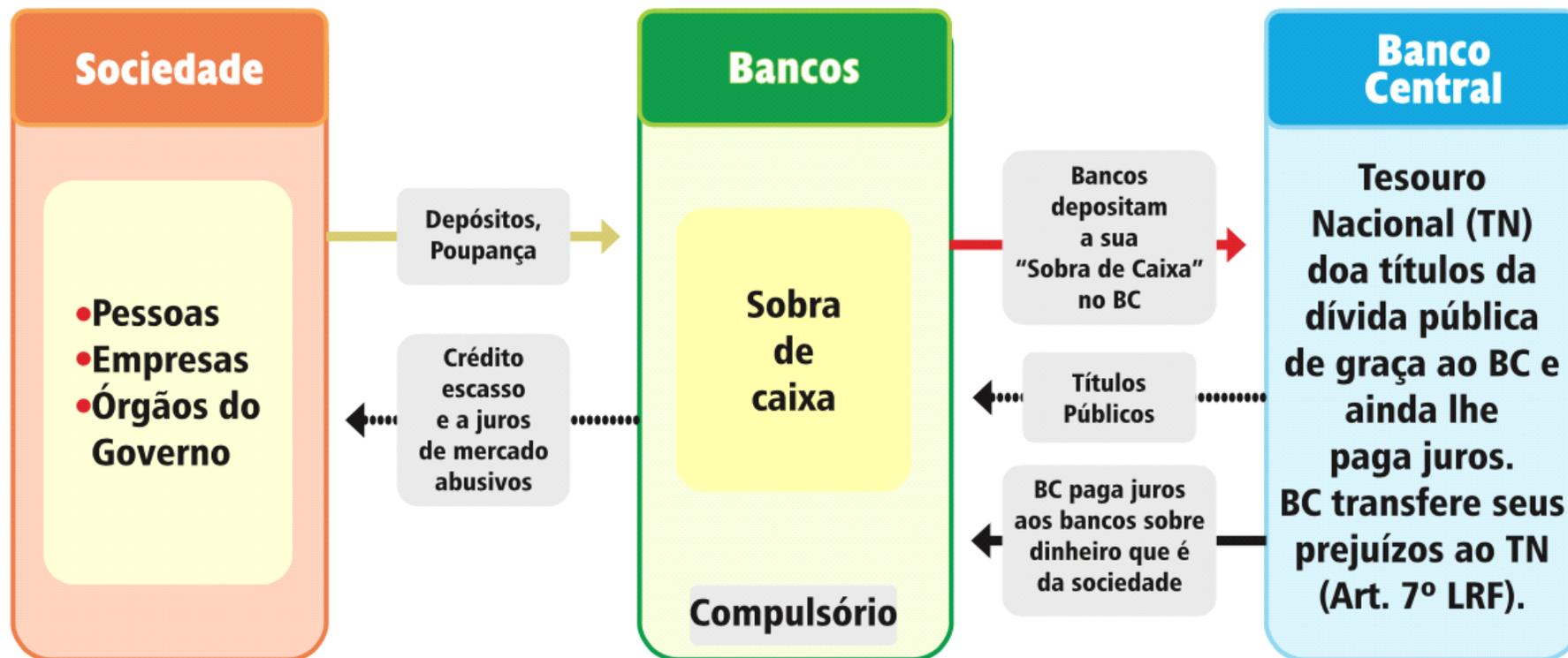


Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do “déficit” financiado por endividamento



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

2014 a 2022

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão

RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA ESTÁ SUGANDO, E NÃO FINANCIANDO AS ÁREAS SOCIAIS

- Neste ano de 2023 (até o dia 16/12), o pagamento de juros e amortizações da dívida pública utilizou R\$ 179 bilhões de fontes que nada têm a ver com a emissão de novos títulos da dívida.
- O caminho inverso (gastos sociais financiados pela emissão de novos títulos da dívida) representou apenas R\$ 138 bilhões.
- Portanto, no final das contas, foram R\$ 41 bilhões RETIRADOS das áreas sociais para abater a dívida pública.
- Isso desconsiderando os R\$ 1,71 trilhão gastos com a dívida pública no mesmo período, provenientes da emissão de novos títulos, que também poderiam ser destinados para investimentos sociais, como ocorre nos países desenvolvidos.

PRIVILÉGIO DOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA EM 2023 - Orçamento Federal Executado até 16/12/23

**R\$ 1,884 TRILHÃO gastos com juros e amortizações da Dívida
45,30% de todos os gastos federais**

- **Governo Federal contabiliza grande parte dos juros como se fossem “amortizações”** (“rolagem” ou “refinanciamento”). A ACD denuncia essa manobra desde a CPI da Dívida concluída em 2010.

“Juros e Encargos da Dívida” R\$ 240 bilhões

“Amortizações” R\$ 1,644 TRILHÃO

Fonte:

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Estimativa de gastos com juros nos primeiros 11 meses deste ano de 2023: R\$ 822 bilhões

Metodologia: Estoque da Dívida Pública Federal no início de 2023 (R\$ 8,106 trilhões) multiplicado pela taxa média anual dos primeiros 10 meses do ano (janeiro a outubro), ajustada para 11 meses (10,14%).

- O Sistema da Dívida absorve todas as receitas obtidas com a venda de novos títulos, que deveriam estar sendo destinadas a investimentos sociais, e não para o pagamento de uma dívida sem contrapartida em investimentos para a população.

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - **Mobilização, Frente Parlamentar**

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Em pouco tempo de existência, a Frente já realizou atividade de **lançamento em conjunto** com a “Frente contra os Juros Abusivos” no dia 19/09/2023 na Câmara dos Deputados (<https://4et.us/s1c70q>); publicou boletim; realizou importante **Seminário** “*Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no Sistema da Dívida?*” com palestras brilhantes dos professores Ladislau Dowbor e Miguel Bruno. (<https://www.youtube.com/watch?v=GWbIDXFw8Gk>) em 21/11/2023, e Reunião Ordinária em 12/12/2023 com a participação presencial e virtual de mais de 50 entidades sindicais e movimentos sociais e honrosa presença dos parlamentares coordenadores das Frentes <https://auditoriacidada.org.br/frentes-parlamentares-denunciam-que-dinheiro-tem-e-muito/> ;
- Convite às entidades que ainda não fazem parte da Frente, tendo em vista a relação direta entre o privilégio do Sistema da Dívida e a subtração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Coleta de sugestões de atividades da Frente para 2024, inclusive nos Estados.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

3 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

Informativos da campanha: <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

4 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 13/12/2023 a 09/02/2024 e início das aulas em 12/02/2024. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

5 – NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*”

Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 19/12/2023

6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB):

Participação em grupos de pesquisa.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO